

UMA REFLEXÃO SOBRE A AGRICULTURA BIOLÓGICA, A SEGURANÇA E A SOBERANIA ALIMENTAR NA UNIÃO EUROPEIA: O CASO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES (RAA)

EMILIANA SILVA

Universidade dos Açores - CEEAplA, emiliana.ld.silva@uac.pt

PAOLA A. HERNÁNDEZ

ICAAM (Instituto de Ciências Agrárias e Ambientais Mediterrânicas),
Universidade de Évora, paolaher@uevora.pt

MARIA JOSÉ PALMA LAMPREIA DOS SANTOS

ISCTE-IUL DINÂMIA CET E ESCS-IPL, mjpls@iscte-iul.pt

Resumo

A política agrícola europeia tem-se ajustado à vertente ambiental, nomeadamente, na agricultura em produção de modo biológico (MPB). Por um lado, estão os consumidores procurando alimentos saudáveis - com qualidade a preços acessíveis. Por outro lado, estão os produtores agrícolas, que veem os seus mercados saturados, com um excedente da oferta, com a respetiva redução dos preços e dos seus rendimentos. Finalmente, o Estado, regulando os mercados. Este trabalho reflete sobre a agricultura em MPB, a segurança e a soberania alimentar nos Açores. Clarifica conceitos e aprecia a Política Agrícola Comum enquadrando-a no MPB nos Açores. Recolheu-se informação da internet usando *Google*, *Web of Science*, *SCORPUS* e o *Google Trends*, agregando-a em determinados critérios, por exemplo políticos e institucionais. A agricultura biológica é o futuro na União Europeia e Açores. No entanto, tem de se aumentar a produção, a área cultivada e número de produtores para satisfazer o consumidor a nível. O sistema de incentivos da União Europeia terá de se ajustar a esta nova realidade, promovendo a produção biológica em detrimento da agricultura convencional. A soberania alimentar está a surgir, quase exclusivamente, no discurso político, normalmente associado aos partidos de esquerda e/ou ambientalistas.

Palavras-chave: Açores, Agricultura biológica, PAC, segurança alimentar, soberania alimentar.

Abstract

The EU Common Agricultural Policy has adjusted to be more environmentally-friendly through the promotion of organic farming. On the one hand, consumers are looking for affordable, high quality and healthy foods. On the other, producers see their markets saturated, as well as an increased reduction of food prices and farm incomes. Along with this comes the State, which regulates the markets. This paper reflects upon organic farming, food security and food sovereignty in the Azores. It clarifies concepts and cherishes the role of the Common Agricultural Policy, contextualizing organic farming in the Azores. Information was collected online using *Google*, *Web of Science*, *SCORPUS* and *Google Trends*, to be later aggregated into specific policy-related and



institutional criteria. Organic farming is the future in the European Union and the Azores. However, production, acreage and number of organic producers must increase to satisfy consumer demand. The European Union's incentive system will have to adjust to this new reality by promoting organic food production over conventional agriculture. Food sovereignty is emerging almost exclusively in the political discourse, usually associated with leftist and / or environmentalist parties.

Key words: Azores, Organic Agriculture, CAP, Food security, Food sovereignty

1. INTRODUÇÃO

A política agrícola europeia tem-se alterado e convertendo-se numa política mais amiga do ambiente que se concretizou com a promoção de outros modos de produção mais sustentáveis. Por um lado, estão os consumidores preocupados com a saúde, a procura de alimentos com qualidade – saudáveis e preços acessíveis. Por outro lado, estão os produtores agrícolas, que veem os mercados saturados, com excedentes da oferta, a redução dos preços e rendimentos, e finalmente, o Estado, que pretende regularizar os mercados, acabando por ser o fiel da balança dos preços justos.

A agricultura convencional (intensiva) tem sido apoiada de um modo que não racionaliza o uso dos recursos naturais, trazendo custos ambientais e sociais para o planeta. O paradigma de produção agrícola na União Europeia (UE) mudou: a agricultura convencional está se convertendo, lentamente em modo de produção biológica (MPB). Esta situação é dificilmente entendida pelos produtores agrícolas, e contraditória à política seguida após 1957, em que se apoiava sobretudo a agricultura convencional (industrializada). Os produtores agrícolas têm de assumir o risco, na passagem da agricultura convencional para a biológica, para garantir a sobrevivência dos recursos naturais e dos povos camponeses junto com uma alimentação saudável.

Existe o mito de que o preço dos produtos em MPB são mais altos do que o dos convencionais. D'Annolfo et al. (2015) verificam que nem sempre é assim, e que pode haver uma contribuição positiva para os indicadores económicos e sociais da região.



Atualmente, para além da segurança alimentar, da qualidade dos produtos agrícolas e transformados; e do livre acesso aos alimentos pelos consumidores, surge uma nova preocupação: a soberania alimentar.

Agricultura em modo de produção biológico, soberania e segurança alimentar

Na literatura científica, existe algum debate e confusão sobre os conceitos de agricultura em modo de produção biológico, segurança alimentar e a soberania alimentar. Hernández (2016) aponta que em Portugal, o conceito de segurança alimentar (*food security*) é erradamente trocado com o segurança dos alimentos (*food safety*), referindo-se este à segurança de que o alimento se encontra em condições de comer, enquanto que o *food security* é um conceito mais abrangente referindo-se à estabilidade e quantidade disponível de alimentos, ao preço que permita aos consumidores a sua aquisição, para além das questões da segurança dos alimentos. Isto ocasiona uma miopia política limitada na regulação da produção e distribuição dos alimentos, deixando de lado o bem-estar do ambiente e do ator final da cadeia alimentar: o consumidor.

O conceito de soberania alimentar (vertente científica) surge pela primeira vez nos Açores, na tese de mestrado de Hernández (2016), em que introduz e define o tema de soberania alimentar *food sovereignty*, apresentando-o no título da tese: “Discussing food sovereignty in the context of a globalized food market - The case of the Autonomous Region of the Azores in Portugal”.

Existem diferentes conceitos, na literatura mundial, de soberania alimentar adaptados a determinadas zonas (Patel, 2007; Roberts, 2008; Petrini, 2001; etc.). Inicialmente definido por La Via Campesina na Cimeira Mundial da Alimentação em 1996, a soberania alimentar surge como resistência política a um regime alimentar global que limita os direitos das pessoas de escolher onde e de quem comprar os seus alimentos (Ayres & Bosia, 2011), mas também prejudica a saúde do planeta e das comunidades. Neste trabalho adota-se o usado pela *People's Sovereignty Network* (2002):

“ Food sovereignty is the right of peoples do define their own food and agriculture; to protect and regulate domestic agricultural production and trade in order to achieve sustainable objectives; to determine the extend to which they want to be self-reliant: to restrict the dumping of products in their markets; and to provide local fisheries-based communities the priority in managing the use of and the rights to



aquatic resources. Sovereignty does not negate trade, but rather it promotes the formulation of trade policies and practices that serve the rights of people to food and to safe, healthy and ecologically sustainable production.”

(Hernández, 2016, pg.25)

Esta definição apresenta as principais componentes da soberania alimentar: a autonomia dos povos sob a produção e consumo de alimentos locais e adequados às dietas locais; definição do tipo de culturas a introduzir, nomeadamente, as variedades tradicionais; ter objetivos económicos, ambientais e sociais que promovam a resiliência da pequena agricultura; a resistência aos grandes mercados e a definição de políticas que permitam o direito à segurança alimentar, bem como, à saúde das pessoas. Prioriza-se o direito à produção e consumo local e explicitamente, a possibilidade de se comercializar o excedente e baseia-se no paradigma que a segurança alimentar não pode ser atingida se não houver autonomia (Biel, 2016).

O conceito de agricultura em MPB, também conhecida como orgânica ou ecológica, tem sido integrada em grande parte nos debates de segurança e soberania alimentar.

Gliesman (2015) alarga o conceito de MPB denominando-a de agroecologia, englobando todo o processo desde o campo (produto) até ao consumidor (mesa), estando implícito que os produtores agrícolas sentem a necessidade de produzir de forma sustentável para o consumidor, equilibrando os aspetos económicos, sociais, culturais e de paisagem numa perspetiva *bottom-up*. A alteração de produção intensiva para um sistema de MPB sem o uso de químicos e pesticidas; pretende que o consumo seja mais no local de produção e menos de alimentos importados, e que no futuro se opte por vender mais em pontos de venda locais e especializados (mercearias, padarias, frutarias, açougues) ao invés de grandes superfícies.

No MPB, os agricultores produzem bens agrícolas, são gestores dum sistema agroecológico e poderiam ser recompensados a traves da transferência dos subsídios da UE pelos serviços ambientais e sociais que prestam em detrimento da produção intensiva. Este é um desafio para os produtores portugueses, podendo levar à desconfiança destes. Cepticismo surge por a agricultura biológica defender o uso de sistemas de produção que priorizem a saúde, a paisagem e a saúde humana sob a concentração de poder no setor, promovendo criativas cadeias de distribuição com sistemas inovadores de coordenação



junto com regulações específicas que garantam alimentos de melhor qualidade e maior consumo local (i.e. pontos de venda locais e especializados). A isto suma-se a falta de informação e conhecimento por parte do consumidor.

A investigação na proteção integrada do sistema alimentar permitiria restabelecer a segurança e soberania alimentar da população mundial. A agricultura do futuro terá de ser mais sustentável: biológica/agroecológica. A resistência dos produtores à adoção do MPB deve ser contrariada e comprovada pela investigação, relacionando a produção saudável com a saúde e a sustentabilidade dos recursos naturais das comunidades rurais.

A agricultura Produção Modo Biológico - MPB e a Política Agrícola Comum – PAC

A PAC na UE foi um sucesso até a década de 1970s, levando a que os produtos agrícolas tornaram-se excedentários, não havendo o escoamento que permitisse a estabilidade do rendimento dos agricultores. Este excedente, levou à queda da produção agrícola pelo uso das medidas: quotas de produção, *set-aside* entre outras. As medidas agroambientais, introduzidas por MacSharry de 1992, tiveram um impacto positivo na agricultura biológica e na soberania alimentar (Silva & Marta-Costa, 2013).

A UE tem sido líder no apoio ao MPB, com predomínio dos países da Europa Central, entre 1987 e 1993, pelas medidas agroambientais (Varini & Katto-Andrighetto, 2019). Para o período 2021-2027, a Comissão Europeia, dedica parte do seu orçamento para a proteção ambiental e alterações climáticas (Willer et al., 2019), em que as novas orientações para a MPB, estão no Regulamento (UE) 2018/848 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de maio de 2018, a vigorar pós 2020. Em suma, os apoios da UE tenderão a fundir os dois pilares, privilegiando o segundo pilar, por uma agricultura mais ambiental, sustentável e menos intensiva.

A nível mundial, em 2017, existiam 181 países com ligações à atividade agrícola em MPB e apenas 93 destes tinham legislação (Willer & Lernoud, 2019). Em 2017, a nível dos Continentes, havia cerca de 69,8 milhões de hectares em MPB: Oceânia (51%), Europa (21%), América Latina (11%), Ásia (9%), América do Norte (5%) e África (3%) (Willer et al., 2019), notando-se um acréscimo do MPB, para 11,7 milhões de hectares, sendo os maiores contribuintes a Austrália, a China, a Argentina, a Federação Russa e a Índia. A Europa contribuiu com cerca de 7,6%.



O valor do mercado em MPB, em 2017, foi de 97 biliões de dólares americanos, concentrando a procura em 90% das vendas, na Europa e nos Estados Unidos (Willer et al., 2019; Sahota, 2019). Os Estados Unidos têm o maior valor do mercado global (47%) seguido pela Alemanha e França. Os Estados Unidos e a União Europeia (34,3 biliões de euros) representavam 84% do valor do mercado global (*ibid.*). Nos últimos anos, em valor global, a UE tornou-se um importador líquido de alimentos biológicos para atender à sua crescente procura (Tranter et al., 2009; Greenfeld et al., 2019); Dos Santos & Diz, 2019); Dos-Santos, 2018); Dinis et al., 2015). Willer et al. (2019) referem que o maior consumo dos produtos em MPB per capita, em 2017, foi de 300 €, na Suíça e Dinamarca. Quer seja na venda a retalho, quer seja no maior volume de produção, quer seja ao nível do MPB, os Estados Unidos da América encontravam-se na linha da frente, sendo seguidos pela Europa.

A Europa tem a maior concentração do mercado retalhista (a venda em massa nos supermercados, hipermercados e lojas de venda de produtos de marca branca e *discount*) em MPB no mundo, destacando-se a Alemanha, a França e a Itália, e a maior parte destas usam logotipos próprios, caso da Suíça e Dinamarca (Willer et al., 2019). Vislumbra-se um sucesso no consumo do MPB na restauração – *catering*, restaurantes, cafés, bares e cantinas escolares (Sahota, 2019).

A área destinada ao MPB, bem como o número de produtores, cresceu, em 2016, na UE-28 cifrando-se em 11,9 milhões de hectares (EU, 2018), especialmente em Espanha, Itália, França e Alemanha (EU, 2016). A área dedicada ao MPB era de 6,7% da área total destinada à agricultura, sendo maior na Áustria, na Suécia, na República Checa, na Letónia e na Estónia e tendo a menor contribuição em Malta (EU, 2018). Em 2016, Portugal contribuía com 2,05% (245.052 hectares) da área total MPB (real mais em conversão) da UE (UE, 2017). Os países da EU-28, que mais contribuíram foram a Espanha (16,9%) seguidos pela Croácia, Itália e Alemanha. A variação da taxa de crescimento em MPB em Portugal, entre 2012-2016, aumentou 22%, valor superior à média da EU-28 (UE, 2017). Os dois países que se distinguiram neste aumento foram a Bulgária (310,4%) e Croácia (193,4%). Malta foi onde diminui mais a área de MPB (-35,1%).



As produções pecuárias mais comuns em MPB, em 2016, na EU-28, foram os bovinos e os ovinos, em que os maiores produtores são Áustria, a Letónia e Suécia (UE, 2017). A área de pastagem permanente em MPB aumentou 45,1%, entre 2012-2016. A área média por exploração em MPB é de 41 hectares (UE, 2017), sendo menor do que na agricultura de modo convencional (61 hectares).

Em Portugal Continental, o número de produtores em MPB aumentou desde 2005 até 2016, atingindo em 2016 cerca de 3741 produtores (JO, I-série, nº48, 2019). A área em MPB (2016) era de 243.816 hectares, sendo na maior parte pastagens, sendo seguida pelas culturas forrageiras, olival e frutos secos. Em 2016, na pecuária em MPB, os ovinos (85 mil animais) e bovinos (80 mil animais) eram os mais representativos, sendo 4,2% e 6% respetivamente.

Na Região Autónoma dos Açores - RAA registram-se explorações em MPB, em 1999 e 2009, em S. Miguel, S. Jorge e Terceira (Sebastião et al., 2012), havendo um decréscimo de 60% (de 30 para 18 explorações) em 2009. O MPB na RAA, é caracterizado pelos dados do Plano de Estratégia da Agricultura do Governo dos Açores, publicado no Jornal Oficial, I-série, nº48, de 2019). A partir de 2005, o MPB oscilou mas com tendência para aumentar, passando de 22 operadores e 67,8 hectares (área em MPB e área em conversão para MPB) para 84 operadores e 667,5 hectares, em 2016. Neste ano, junta-se o Faial. S. Jorge é a ilha que tem a maior área em MPB (53% da área total em MPB da RAA), sendo seguida pela Terceira, Faial e S. Miguel. As áreas médias das explorações eram maiores em S. Jorge (26.6 ha), Faial (7,8 ha), S. Miguel (4,8 ha) e Terceira (3,4 ha). Como no Continente Português, a maior parte da área em MPB, em 2016, corresponde às pastagens (80%), seguida pela horticultura e chá (6% da área para cada), fruticultura (4%), floresta (2%); e culturas forrageiras e pousio (cada um com 1%). O MPB da produção pecuária, é mínima, representando apenas 0,2% do total em MPB. Em 2016, as explorações em MPB na RAA eram: 407 bovinos, 10 equídeos, 62 aves, 148 colmeias e 40 suínos.

2. Metodologia

Recorreu-se à recolha de informação utilizando três métodos para perceber o ponto de situação da MPB e da soberania alimentar no arquipélago através das reportagens feitas nos meios de comunicação online: 1) no *Google* de pelo menos vinte referências, dez para

a soberania alimentar e dez para modo de produção biológica nos Açores; 2) uma revisão bibliográfica sistematizada na base de dados SCOPUS, no 1º e 2º quartil e na Web of Science (WoS); e 3) através do *Google Trends*.

As palavras-chave foram: “soberania alimentar nos Açores” e “modo de produção biológica nos Açores”. Na base de dados SCOPUS e WoS efetuou-se esta pesquisa em português e em inglês. A data de consulta no *Google* fez-se entre 31 de janeiro de 2019 até 3 de julho de 2019. No caso do *Google Trends* (Google Trends, 2019), do SCOPUS e do WoS a pesquisa foi efetuada de 5 de março a 1 de julho de 2019. A pesquisa *Google Trends* abrangeu o último decénio. Usou-se o *Google Trends* para identificar as mais recentes e principais pesquisas efetuadas no *Google* dos termos em questão, por data, país e Continente, procurando realizar uma análise através do percentil padronizado e de modelos econométricos de previsão destes resultados (Dos-Santos, 2018).

No caso da pesquisa *Google* só se consideraram válidos os sítios da *internet* - *Google*, que continham as palavras-chave no título e/ou texto no documento pesquisado. Isto implicou a leitura e análise de vários documentos, eliminando alguns sítios e guardando outros. Só as notícias e outros documentos que tratavam dos temas ou se mencionavam os conceitos em questão foram selecionados. No caso da MPB existiam inúmeras referências com a mesma notícia, optando-se por não considerar referências repetidas.

3. Resultados

Esta secção divide-se em três partes: 1) apresentam-se os extratos de parte das referências do MPB; 2) os extratos exemplares da SA; 3) os de WoS; SCOPUS e *Google Trends*

3.1. Modo Produção Biológico (MPB)

Até 3 de julho de 2019, encontraram-se inúmeras publicações no *Google*, optando-se pelas mais recentes e de diferentes fontes (Referências MPB1 a MPB10). Na análise dos resultados consideram-se: 1) Instituições: Regionais - Governo Regional dos Açores; Nacionais: Universidade dos Açores e Formação; 2) Associações Regionais de Modo de Produção Biológico nos Açores; e 3) MPB.

Instituições

i) A agência Lusa noticiou, em 24 de julho de 2019, que o Governo Regional dos Açores criou um plano para duplicar o MPB e aumentar o consumo destes produtos. João Ponte,



secretário da Secretaria Regional da Agricultura e Florestas (SRAF) adiantou que o Plano Estratégico da Agricultura Biológica nos próximos 10 anos era:

"... um documento que olha para o futuro da agricultura biológica como uma oportunidade que temos na região para crescer neste domínio, para que possamos aumentar as áreas afetas à produção em modo biológico e que isso seja também visto como uma oportunidade para os produtores de produzir bens mais ricos, do ponto de vista ambiental e do ponto de vista da saúde".

Referência MP3

O diretor regional destacou que o Plano seria posto em execução em 2019, o que expandiria as áreas de produção e a oferta de produtos agrícolas e agroalimentares, com benefícios ambientais, de saúde e criar a valorização das produções, ao mesmo tempo que seriam concluídos um conjunto de estudos estratégicos nas áreas da horticultura e/ou fruticultura.

ii) Estratégia para o Desenvolvimento da Agricultura Biológica foi desenhada conjuntamente pelas organizações de produtores, da Universidade dos Açores e da SRAF e coordenada por Lopes (2018). É uma estratégia de 10 anos, cujos objetivos estratégicos, comunicados pela Lusa a 14 de abril de 2018, anotam as palavras do secretário da SRAF:

“A expansão das áreas dedicadas à produção biológica, o aumento da oferta de produtos agrícola e agroalimentar com origem na produção biológica, o reforço do conhecimento técnico-científico e das competências sobre a produção, assim como garantir o crescimento sustentável e reforçar a confiança dos consumidores nos produtos biológicos.”

Salientando ainda a importância que a produção biológica agrícola nos Açores:

“...tem condições “ímpares” para liderar a nível nacional em matéria de agricultura biológica.”

Referência MPB5

Associações Regionais de Modo de Produção Biológico nos Açores

iii) Carlos Caldeira, a 7 de maio de 2019, noticiava que o Governo Regional da RAA fazia protocolo com a Trybio – Associação de Produtores e Consumidores de Agricultura Biológica, Faial, para aumentar a área do MPB. Esta associação regional, visa a promoção do MPB vegetal e animal e o incentivo ao consumo destes produtos. Os objetivos deste protocolo eram: a valorização e a divulgação da agricultura em MPB, enquanto prática



agrícola ambiental e sustentável e a implementação de um campo de experimentação e de propagação de sementes e material vegetativo locais e tradicionais.

João Ponte, secretário da SRAF, afirmava que as parcerias entre o Governo dos Açores ajudam a dinamizar a agricultura biológica no arquipélago:

“Se o objectivo na Região passa por aumentar o número de produtores e as áreas afectas a este tipo de produção, só o conseguiremos atingir com êxito com um trabalho articulado com as organizações de produtores e aproveitando a sua proximidade aos produtores e as suas capacidades técnica e de gestão.”

Referência MPB4

iv) A Açores24horas, a 5 de junho de 2019, informava que a realização do projeto de formação “Quinta Mágica” surgido na Graciosa era um plano formativo na área de agricultura biológica, destacando áreas como a alimentação saudável. O curso de MPB – da responsabilidade da Bioazórica¹, privilegiou o conhecimento sobre práticas agrícolas tradicionais (culturas tradicionais e com potencial de produção local) na ótica da valorização produção agrícola graciosense (MPB1).

v) A SIC notícias a 2 de junho de 2017, apresentava numa nota da agência Lusa, a opinião de Mónica Oliveira, responsável da Bioazórica, que constatava o crescimento da MPB e a sua cooperação com outras associações similares nos Açores:

"Queremos conseguir alargar ao máximo a mancha da agricultura biológica e criar pontes entre as outras ilhas, de forma que efetivamente isto evolua. O que se pretende é que os Açores se tornem numa referência neste modo de produção, porque acho que temos todo o potencial... Quando começámos em 2010, tínhamos dois produtores e, neste momento, temos 45. Na ilha Terceira, temos uma área total de 117 hectares, portanto já tem uma expressão bastante relevante. Somos uma cooperativa regional e também temos conseguido angariar alguns produtores e cooperantes de outras ilhas."

Referência MPB6

Modo de Produção Biológico na RAA

vi) A 11 de Fevereiro de 2019, a Acores24 horas, noticiava que o diretor regional do Desenvolvimento Rural, Valter Braga, frisava que:

¹ A Bioazórica é uma cooperativa de produtores de agricultura biológica com comercialização no Mercado Biológico, na Praia da Vitória, e restauração na Casa do Jardim em Angra do Heroísmo na Ilha Terceira, RAA. Além disso, também lidera a realização anual da Biofeira.
<https://bioazorica.wixsite.com/bioazorica?fbclid=IwAR0aGuEGbmqFykB9wqyQqNEDr6lKpxKWISxX03EpEqdjaAOZnVFSXJam9E>



“Os Açores têm um grande potencial para crescer no modo de produção biológico, contribuindo, assim, para o aumento da valorização dos produtos, para tornar as explorações mais competitivas, rentáveis e, ao mesmo tempo, para a preservação ambiental... e ... a agricultura biológica é um caminho que os nossos agricultores já começaram a trilhar ao nível do leite, da carne e da diversificação agrícola, mas podemos ir mais além. A Região possui condições excecionais para continuar a desenvolver a produção biológica ... A aposta na produção biológica é uma tendência internacional a que os Açores não estão alheios e que constitui uma excelente forma dos agricultores melhorarem o seu rendimento, produzir com mais qualidade, apostando em produtos diferenciadores, que tragam maior valor acrescentado, e conquistar novos mercados são metas permanentes quando falamos na agricultura dos Açores.”

Referência MPB3

vii) A agência Lusa, a 16 de novembro de 2017, noticiava que a Empresa de laticínios BEL pretendia produzir leite biológico nos Açores, para a respetiva valorização. Ana Cláudia Sá, responsável pela BEL assegura que a RAA tem um maior potencial de produção de leite biológico do que em Portugal Continental, adiantando que o Governo regional e a BEL são colaboradores neste projeto, explicando que:

"Estamos a trabalhar como incentivar este tipo de produção, que vai dar origem a um leite muito mais valorizado, que dá mais lucro ao produtor e às indústrias."

João Ponte, secretário da SRAF, realçou a aposta na produção de leite biológico como estratégia para os Açores:

"Não vamos pensar que nos Açores todos vão enveredar pelo biológico, mas existem muitos produtores que têm condições para evoluir para a produção biológica."

Referência MPB7

João Ponte acrescentou que as ajudas no âmbito do POSEI (programa de desenvolvimento rural específico para as regiões ultraperiféricas) contempla discriminações positivas para as produções de leite em MPB que deverão estar disponíveis na RAA em 2020.

viii) A Agricultura e Mar Actual, a 14 de abril de 2018, comunicava que, nos Açores:

“Pretendemos, já este ano, na revisão do programa POSEI para 2019, introduzir novas discriminações positivas aos apoios às produções em modo biológico, concretamente na produção de leite e de carne.”

João Ponte para a produção e o consumo de produtos biológicos, afirma também que:



“Estas matérias, que a seu tempo serão debatidas com os parceiros do sector, têm como principal objectivo incentivar a agricultura biológica e aumentar o consumo de produtos biológicos”

João Ponte, frisa as vantagens do MPB: uma alimentação mais saudável e sustentável; uma oportunidade de negócio, ser uma produção mais valorizada no mercado; e que se associam a outras entidades para aumentar o conhecimento nesta área de produção:

“Os Açores têm condições ímpares para liderar a nível nacional em matéria de agricultura biológica, não só pelas condições naturais das ilhas para este tipo de produção, mas também pelo facto de termos cada vez mais jovens agricultores com formação e dispostos a apostar e inovar no sector”

Referência MPB8

João Ponte defendeu ainda que o conhecimento científico é imprescindível para que se possam tomar, a cada momento, as melhores opções políticas na agricultura, dada a importância que o setor tem para o tecido económico e social regional.

3.2. Soberania alimentar (SA)

Até 3 de julho de 2019, encontraram-se 14 sítios da internet em que apenas foram usadas 10, dado que alguns tinham informação repetida (Referências SA1 a SA10). Para analisar estes resultados considerámos três aspetos: soberania alimentar como conceito, associado a outros conceitos, e como discurso político.

Conceito

i) Uma das primeiras ilações sobre a SA nos Açores é discutida por Hernández et al. (2018) que referem a inexistência de uma estratégia alimentar na RAA, que reduz a possibilidade da região para auto definir as capacidades e necessidades do seu sector alimentar, proferida por um agente do setor de transformação:

“In [RAA]: there is no food policy. No one knows what is wanted, or who to sell to? There is no path.”

(Hernández et al., 2018:10)

Neste resultado está implícito a pretensão da promoção da soberania alimentar açoriana, referida por um agente do setor administrativo:

“Strategies (for the food and agriculture sector) in [RAA] include: (1) to prioritize high quality regional products; (2) to bring the name of the Azores higher (e.g.,



through the brand Marca Açores); (3) to invest on the dairy sector; (4) to increase food self-provision (e.g., by depending less on imports).”

(Hernández et al., 2018:11)

Apesar de Hernández et al. (2018) apontarem a inexistência de uma política alimentar nos Açores, referem também o reconhecimento de alguns atores sobre os elementos considerados na SA: autossuficiência alimentar, a Marca Açores (como promotora dos produtos agrícolas açorianos) e a promoção da sua qualidade.

ii) Mais tarde Silva (2017, 2018) reafirma a importância da política de SA nos Açores:

“[a RAA] têm que ter soberania alimentar” ... E não só, mas também uma política de auto-suficiência alimentar (apenas referida como objectivo do PRORURAL) e de uma verdadeira política de soberania alimentar (decidirmos quais as produções regionais e tradicionais que potenciam a produção e produtividade dos produtos açorianos.”

(Silva 2017:4)

Neste extrato, verifica-se a urgência da inclusão deste instrumento na política de SA dos Açores, o conceito de soberania alimentar, encontra-se incompleto, na apresentação deste tema à comunicação social (consultar Silva, 2018).

Associado a outros conceitos

iii) O conceito de SA, aparece associado ao consumo e produção de alimentos locais, bem como, ao desperdício alimentar e ao discurso político. Esta situação foi noticiada por Susete Rodrigues ao AO Online, pelo Governo Regional dos Açores, a 4 de setembro de 2018:

“... pretende-se contribuir para a redução do desperdício alimentar na Região, sensibilizar a população para uma consciência e atitude alimentar responsável e sustentável e promover o consumo de alimentos e produtos alimentares de produção local”.

Referência SA1

iv) Em 8 de abril de 2019, Pedro Neves comunica que foi aprovada a iniciativa do PAN (Partido das Pessoas, dos Animais e da Natureza), na Assembleia da República para a promoção do consumo (locais e regionais) em MPB local e regional, em cantinas e refeitórios da Administração Pública e dos Institutos Públicos.”

“Além da pedagogia e do incentivo para uma alimentação mais saudável, a escolha para produtos locais trava o possível desaparecimento das variedades regionais, dos sabores, dos princípios nutritivos e dos conhecimentos gastronómicos constitui uma



ameaça à Segurança e à Soberania Alimentar. Isto porque os alimentos viajantes geram, não apenas uma crescente contaminação ambiental, como induzem à padronização e uniformização produtiva ... Nos Açores, parte dos produtos que são consumidos na região provêm de mercados externos. Tal situação leva a um desequilíbrio da balança comercial...”

No discurso político, constatam-se os valores associados à SA: acabar com a dependência alimentar, produzir e consumir localmente, evitar o desaparecimento de variedades indígenas e a possível contaminação ambiental, e finalmente, a homogeneização dos produtos alimentares.

v) Em 24 de Abril de 2019, o secretário da SRAF, João Ponte, apresentava a estratégia regional para o desenvolvimento do MPB e referia que:

“... acrescentando que a estratégia regional está assente na qualificação, na diversificação e constitui uma oportunidade para aumentar a autossuficiência alimentar regional.”

Referência SA2

vi) Encontrou-se esta definição da SA no site do Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral, CIDAC:

“Quando falamos em soberania alimentar, referimo-nos a outra coisa: ao direito de todos os povos a decidir sobre as suas políticas agrícolas e alimentares, o que significa, nomeadamente: decidir o que cultivar, o que e como comercializar, o que destinar ao mercado interno e ao mercado externo, e controlar os recursos naturais básicos. A soberania alimentar coloca em primeiro lugar o direito efetivo à alimentação saudável e respeitadora do ambiente para todas as pessoas, não deixando em último lugar aqueles que cultivam os produtos com os quais a comida é confeccionada ... é preciso manter o controlo sobre os recursos naturais, em particular a terra, a água e as sementes, que são bens públicos e não devem, por isso, ser privatizados... a defesa da biodiversidade é fundamental e exige uma ação determinada, já que se perdem diariamente centenas de espécies vivas em todo o mundo, como consequência do modelo de produção e consumo atual. Neste contexto se inserem o conhecimento, a utilização e a recriação das tradições agrícolas e gastronómicas locais.”

Referência SA7

vii) O partido da Terra – Livre nos Açores, publica no seu *blogspot*, numa forma indireta, o seu entender por soberania alimentar:

“Defendemos uma agricultura sustentável, orientada para a protecção da biodiversidade e do direito dos povos à soberania sobre o seu património genético comum. Assim, consideramos que a aposta deverá ser na soberania alimentar e na agricultura biológica. Opomo-nos ao cultivo e uso na alimentação de Organismos

Geneticamente Modificados ... o seu direito à autodeterminação, o respeito às suas culturas autóctones e seus modos de vida.”

Referência SA9

viii) Um comunicado da Comissão Nacional do Ambiente (Ministro do Ambiente) do 7 de dezembro de 2018 contraria que:

“...é mais barato importar do que produzir cá...” e faz a referência a que a soberania alimentar em Portugal está em perigo, dado que as medidas propostas para a redução da criação de bovinos nos Açores.

“... também vão prejudicar a economia nacional porquanto reduzir em 50% a produção pecuária em bovinicultura, atualmente com mais de 1 milhão e 700 mil cabeças (incluindo Açores) significa o abandono de importante parte da produção nacional no subsetor da carne bovina em que Portugal ...”.

A Comissão Nacional do ambiente alerta que:

“... reduzir muito a produção nacional agroalimentar também significa promover o aumento, ..., o que virá agravar a dependência alimentar da nossa população e comprometer, cada vez mais, a soberania alimentar de Portugal”.

Referência SA10

Discurso Político

ix) Numa visita à exploração Monte do Inglês e à Associação dos Jovens Agricultores Micaelenses (S. Miguel, RAA) os candidatos José Azevedo e Ana Filipa Castro, do partido Livre, propõem o equilíbrio da balança alimentar e a necessidade de diminuir a dependência externa, como prioridades:

“Falou-se da necessidade de apoiar os produtores locais, por motivos que incluem a soberania alimentar face à dependência de produtos importados e a necessidade de equilibrar a balança de pagamentos.”

Referência SA3

x) A introdução da SA surge no discurso político, sendo ligada aos partidos de “esquerda” e “ambientalistas”. Em 17 de abril de 2010, Aníbal Pires, deputado pelo partido comunista português, à Assembleia Regional dos Açores, entrevistado por Luciano Barcelos, defendia para a região:

“... um modelo de desenvolvimento que assegure um mínimo de soberania alimentar ... que dê qualidade e dimensão aos produtos da terra e do mar”.

Referência SA4

xi) Pedro Neves, candidato açoriano pelo PAN ao Parlamento Europeu, em entrevista ao Açoriano Oriental, por Paulo Faustino, a 21 de maio de 2019, sugere a defesa da SA:



“Quer lutar pela saúde, soberania alimentar, independência energética, educação ambiental e política, bem-estar animal ... É urgente o redirecionamento dos fundos europeus, atualmente esbanjados para satisfazer apenas o “Culto da Vaca Feliz”, para a saúde, soberania alimentar e independência energética em todas as ilhas ... Na soberania alimentar e independência energética, usando os investimentos de apoio às energias renováveis e à bioeconomia, o nosso compromisso é de conversão multissetorial em termos de agricultura em produção biológica e extensiva, abrangendo a silvicultura, fruticultura e horticultura, vitivinicultura e floricultura, sempre com um pensamento de manutenção das terras e na renovação geracional, transmitindo um património demasiado importante para ser perdido.”

Referência SA5

“Consagrar o princípio do direito à soberania alimentar e à capacidade dos Países e Regiões de desenvolverem as suas produções para satisfazer as suas necessidades alimentares.”

Referência SA6

No discurso político há um maior conhecimento do que é a soberania alimentar, quais são os agentes interessados, a importância da agricultura familiar, a indefinição de políticas pelos agentes locais mas pela UE e a dependência alimentar externa.

xii) O partido Ecologista Os Verdes Açores, a 15 de outubro de 2014, intitula a sua opinião, no seu *blogspot* aquando do Dia Mundial da Alimentação sinalando a preocupação dos povos em Portugal não atingirem à SA:

“... [hoje], milhões de pessoas [...] nomeadamente em Portugal, não verão esse direito básico garantido ... a nível planetar decorre, em grande parte, da injusta redistribuição da riqueza e do facto que a alimentação é, cada vez mais, um negócio refém dos grandes interesses do sector da distribuição, do agroalimentar e do agroquímico que controlam não só os preços dos alimentos e dos fatores de produção mas também, com os transgénicos, um património milenar dos povos e base da alimentação: as sementes ... Soberania que também em Portugal não está garantida. O país está dependente para se alimentar, em mais de 70%, de importações quando tem todas as condições para inverter esta situação ... A crise e as políticas de austeridade que colocaram no desemprego milhares de portugueses, entre os quais famílias inteiras, agravado pelo corte, em simultâneo, de apoios sociais, impedem o acesso à alimentação, de forma digna, a muitos milhares de portugueses.”

Referência SA8

xiii) Os deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista Açores, apresentaram uma proposta de alteração ao Projeto de resolução – A agricultura nos Açores e a nova PAC, a 15 de julho de 2010, na qual propõe a seguinte redação no referido projeto, na sua alínea:



“Consagrar o princípio do direito e à capacidade dos países e Regiões desenvolverem as suas produções para satisfazer as suas necessidades alimentares.”
Referência SA6

xiv) O partido da Terra Livre nos Açores, publica no seu *blogspot*, em dezembro de 2008 a ligação do ecologismo à política, nomeadamente ao liberalismo do mercado:

“...não temos qualquer dúvida que é o capitalismo, seja ele liberal ou de estado, o responsável pela crise global que afecta todos os habitantes do Planeta. Por isso, defendemos que com a manutenção da sociedade actual não conseguiremos acabar com a “mercantilização da natureza”...”

Referência SA9

No discurso político aparece um aprofundamento do conceito de soberania alimentar, sem no entanto, estar completo.

3.3. Resultados da Pesquisa Web of Science; SCOPUS e Google Trends

Os resultados da pesquisa nas bases de dados *SCOPUS* e *Web of Science*, apesar de promissora no caso geral Português, onde existem várias publicações aplicadas ao Continente Português, nomeadamente, Tranter et al. (2009); Skevas, et al. (2010); Dinis et al. (2015); Zagata & Sutherland, (2015); Horrill et al. (2016), entre outras (embora não *SCOPUS* e *WoS*); verifica-se que não existem publicações referentes especificamente ao caso do Arquipélago dos Açores. O mesmo ocorre na pesquisa na pesquisa *Google Trends* (Google Trends, 2019). Apesar de se verificar uma tendência crescente de pesquisa desta temática em Portugal durante o último decénio, quando se agrega à pesquisa a palavra “Açores”, os resultados são praticamente inexistentes. Contudo, salienta-se que esta pesquisa GT é sempre efetuada ao nível nacional e nunca regional, mas ainda assim, os resultados são inexistentes (Google Trends, 2019; Dos-Santos, 2018).

Discussão dos resultados e Comentários Finais

As referências sobre o tema, soberania alimentar nos Açores, são escassas quando pesquisadas no *Google*, podendo significar um desconhecimento da soberania alimentar e uma fraca implementação da política da SA açoriana. No caso da pesquisa na *SCOPUS* e *WoS* os resultados são inexistentes quando aplicados especificamente a RAA. Contudo, salientam-se os importantes contributos no caso Português, quer estudos de âmbito



nacional, quer ao nível europeu ou mesmo internacional. O maior leque de notícias surgia de fontes noticiosas: comunicação social e governamentais: Governo Regional dos Açores e Governo de Portugal.

O conceito de soberania alimentar surge nos Açores, mas sem uma consciencialização efetiva do seu sentido. Não há uma interiorização do conceito sendo superficialmente referido, na maioria dos casos. Os políticos introduzem a soberania alimentar como “chavão” eleitoralista, mas de um modo superficial.

Este trabalho prévio permite o conhecimento das temáticas do modo de produção biológico e soberania alimentar nos Açores, como um teste prévio que conduza a uma investigação futura - verificar estes temas na imprensa regional açoriana.

Há muito por fazer para implementar uma política de soberania alimentar nos Açores, dado que esta surge como um apêndice, uma alínea, um complemento à PAC. A agricultura biológica nos Açores tem que se desenvolver para enfrentar a agricultura intensiva e manter a sua competitividade agrícola neste novo paradigma. Detectou-se uma ligação entre a soberania alimentar e os partidos de esquerda. No entanto, Hernández (2016) e Biel (2016) deparam com a possibilidade de exportação do excedente agrícola, desde que primeiramente satisfaçam as necessidades do consumidor local.

A agricultura biológica está a ser utilizada pela União Europeia como instrumento para se alcançar a soberania alimentar abordando as questões ambientais e sociais causadas pela agricultura convencional (industrializada), e consequentemente, atingir a segurança alimentar. Urge a diferenciação clara entre os conceitos produção convencional, produção biológica, agroecológica, entre soberania alimentar, segurança alimentar (gestão do sistema alimentar) e segurança dos alimentos (qualidade dos alimentos).

Na Europa a agricultura em MPB é um instrumento comum - especialmente nos países do Norte da Europa onde a agricultura convencional tem diminuído em área e em número de produtores - mas que ainda se mantém como um nicho. Isto deve-se, em parte, aos produtos biológicos serem mais dispendiosos do que os produzidos de modo convencional e, por outra parte, aos consumidores poderem optar pela produção convencional, mesmo sendo mais acessível a nível de preço. No entanto, quer a PAC quer os governos locais devem apostar pelo crescimento do valor das cadeias alimentares locais através da instalação de infraestruturas e mecanismos que apoiem ao pequeno



agricultor e a comercialização dos seus produtos a localmente para a sustentabilidade das paisagens, recursos e comunidades rurais.

Em Açores acontece o contrário, e deverá adotar-se uma estratégia embora que tardiamente, principalmente a nível da produção animal. Tem de se sair da zona de conforto açoriana e converter efetivamente os produtores em modo convencional em biológico, demonstrando a agricultura em MPB é a estratégia do presente para que não se perder a competitividade da agricultura açoriana no futuro. Além de que a MPB será encarada na sua vertente ética e de sustentabilidade dos recursos naturais, e que tenha por objetivo a sua produção e consumo local, cabendo aos políticos e técnicos a comunicação das vantagens do MPB, de modo a aumentar a aderência dos e consumidores.

Nos Açores e dada a importância da pastagem em modo de produção biológico, dever-se-ia aproveitar para promover e incentivar o MPB não só nas raças carne, mas também nas raças leiteiras. O setor das hortícolas e das frutas também pode se beneficiar desta inércia.

Contudo, algumas questões que persistem:

1. Será que os habitantes dos Açores sabem o que é soberania alimentar?
2. Será que os partidos “ditos da direita” defendem a soberania alimentar? Será só oportunismo político ou mesmo defesa deste direito?
3. Como terá sido tratado este tema nos jornais dos Açores, ou nos jornais e revistas agrícolas regionais?
4. Existirão iniciativas legislativas regionais que tratem este assunto? Existirão iniciativas parlamentares? Propostas por quem?
5. Quais as funções das instituições de conhecimento em quanto ao debate da soberania alimentar na região? Qual o caminho ainda por percorrer?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ayres, J. & Bosia, M. J. (2011). Beyond Global Summitry: Food Sovereignty as Localized Resistance to Globalization. In *Globalizations*. Vol.8, o.1, (p47-63). Routledge: London.
- Biel, Robert (2016). Searching for a new model of food and farming. In *Sustainable Food Systems – The Role of the City* (Ch.2); p4-10; UCL Press: London; DOI: 10.2307/j.ctt1j1vzc5.5
- EU (2017). Agriculture, forestry and fisheries statistics. Eurostat 2017 ed. Statistical books. Luxembourg.
- Dos Santos, M. J. P., & Diz, H. (2019). Towards Sustainability in European Agricultural Firms. *Advances in Intelligent Systems and Computing*, 783, pp. 161-168.



- Dos Santos, M. J.P.L. (2018). Nowcasting and forecasting aquaponics by Google Trends in European countries. *Technological Forecasting & Social Change*, 134, 178-185.
- Dinis, I., Ortolani, L., Bocci, R., & Brites, C. (2015). Organic agriculture values and practices in Portugal and Italy. *Agricultural Systems*, 136, 39-45.
- D'Annolfo, R., Graeb, B. & Gemmil-Herren, B. (2015) Agroecological socio-economics: Agroecology's contribution to farm incomes, labour and other socio-economic dimensions of food systems. in: FAO (2015), *Agroecology for food security and Nutrition, Proceedings of the FAO International Symposium, 2014. Biodiversity & Ecosystem services in agricultural productions systems. Italy*: pages: 322-343. (ISBN 978-92-5-108807-4).
- Gliessman, S. R. (2015) Agroecology: a global movement for food security and sovereignty. in: FAO (2015), *Agroecology for food security and Nutrition, Proceedings of the FAO International Symposium, 2014. Biodiversity & Ecosystem services in agricultural productions systems. Italy*: pages: 1-13. (ISBN 978-92-5-108807-4).
- Greenfeld, A., Becker, N., Bornman, J. F., Dos Santos, M.J., & Angel, D. L. (2019). Who will buy fishy lettuce? Australia and Israel as case studies on the potential consumers of aquaponic produce (No. 289581). Agricultural Economics Society. No 289581, 93rd Annual Conference, Warwick University, Coventry, UK from Agricultural Economics Society – AES <https://econpapers.repec.org/paper/agsaesc19/289581.htm>
- Google Trends (2019). Pesquisa por termos. Acesso em 21 de maio de 2019 em: <https://trends.google.pt/trends/?geo=PT>
- Hainzelin, E., (2015). Enhancing the function and provisioning of Ecosystem services in agriculture: agroecological principles. in: FAO (2015), *Agroecology for food security and Nutrition, Proceedings of the FAO International Symposium, 2014. Biodiversity & Ecosystem services in agricultural productions systems. Italy*: pages: 37-49. (ISBN 978-92-5-108807-4).
- Hernández, P. A., (2016). “Discussing food sovereignty in the context of a globalized food market - The case of the Autonomous Region of the Azores in Portugal”, Arts at the Faculty of Arts and Humanities, Thesis University of Siegen, Siegen, Germany.
- Hernández, P. Andrea, M. H. Guimarães, M. Rivera & E. Silva (2018). Assessing Sustainable Food Systems Governance in EU's Outermost Regions, The Case of Azores in Portugal. *Sustainability*, 10, 3057.
- Horrillo, A., Escribano, M., Mesias, F. J., Elghannam, A. & Gaspar, P. (2016). Is there a future for organic production in high ecological value ecosystems?. *Agricultural Systems*, 143, 114-125.
- Lopes, D. (2018). *Estratégia para o Desenvolvimento da Agricultura Biológica e Plano de Ação para a Produção e Promoção de Produtos Biológicos na Região Autónoma dos Açores*, Governo dos Açores, Universidade dos Açores e Bioazórica.
- Lopes, R., Melo, R. Dias Pereira, B. (2018). Orthorexia nervosa and comorbid depression successfully treated with mirtazapine: a case report. (August) *Eating and weight disorders: EWD*. DOI: 10.1007/s40519-018-0539-5
- Organic Farm in Estonia (2017), Booklet. Published Estonian organic farming foundation, Tartu 2018. (ISBN 978-9949-9925-2-2).
- Patel, Raj (2007). *Stuffed and Starved: The Hidden Battle for the World's Food System*. Harper Perennial: Toronto.
- Petrini, Carlos (2001). *Slow Food: The Case for Taste*. Columbia University Press: New York.
- Regulamento (UE) 2018/848 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de maio de 2018, relativo à produção biológica e à rotulagem dos produtos biológicos e que revoga o Regulamento (CE) no 834/2007 do Conselho. *Jornal Oficial da União Europeia*, L150/1, de 14 de junho, de 2018.
- Roberts, Wayne (2008). *The No-Nonsense Guide to World Food*. New Internationalist Publications Ltd: Oxford.
- Sahota, A. (2019). *The Global Market for Organic Food & Drink in: Willer, H. & J. Lernoud (2019). Organics International The World of Organic Agriculture, Statistics and Emerging Trends 2019, 29th ed., Research Institute of Organic Agriculture, FiBL- IFOAM. pp 130-33.*



Sebastião, S. E. Oliveira, F. Ribeiro, L. Moniz & H. Duarte (2012). Os principais indicadores dos Recenseamentos Agrícolas de 1989, 1999 e 2009 na Região Autónoma dos Açores. Secretaria Regional de Agricultura e Pescas.

Silva, E. & A. A. Marta-Costa, (2013). 2. Agricultural and Environmental Policies in European Union, in: Ana Alexandra Marta Costa, Emiliania Silva, “Methods and Procedures for Building Sustainable Farming Systems: application in the European context”, Springer, 2013, pg. 9-19 (ISBN 978-94-007-5002-9).

Silva, E. (2017). Os Açores “têm que ter soberania alimentar”, in: Paz, João. Correio dos Açores, pg 4, de 31 de janeiro de 2017.

Silva, E. (2018). Agricultura nos Açores: uma perspetiva, Ingenium, A Engenharia Portuguesa em Revista, II série, nº 163, pg 76-77.

Tranter, R. B., Bennett, R. M., Costa, L., Cowan, C., Holt, G. C., Jones, P. J., ... & Vestergaard, J. (2009). Consumers' willingness-to-pay for organic conversion-grade food: Evidence from five EU countries. *Food Policy*, 34(3), 287-294.

Tittonel, P. (2015), 01. Food security and ecosystem services in a changing world: it is time for agroecology. in: FAO (2015), Agroecology for food security and Nutrition, Proceedings of the FAO International Symposium, 2014. Biodiversity & Ecosystem services in agricultural productions systems. Italy, pp.16-35. (ISBN 978-92-5-108807-4).

Skevas, T., Fevereiro, P., & Wesseler, J. (2010). Coexistence regulations and agriculture production: A case study of five Bt maize producers in Portugal. *Ecological Economics*, 69(12), 2402-2408.

UE (2016). Organic farming, organic crops are on the rise in the EU, Two million hectares mores since 2010. News release, Eurostat, EU.

UE (2018). Key Figures on Europe 2018 editions, Statistics Illustrated, Statistical books, Eurostat, EU.

Varini, F. & J. Katto-Andrigheto (2019). Policies supporting the organic sector. in: Willer, H. & J. Lernoud (2019). Organics International The World of Organic Agriculture, Statistics and Emerging Trends 2019, 29th ed., Research Institute of Organic Agriculture, FiBL- IFOAM. pp 167-173.

Willer, H. & J. Lernoud (2019). Organics International The World of Organic Agriculture, Statistics and Emerging Trends 2019, 29th ed., Research Institute of Organic Agriculture, FiBL- IFOAM.

Willer, H., J. Lernoud & L. Kemper (2019). The World of Organic Agriculture: Summary FiBL & IFOAM – Organics International (2019),

Zagata, L., & Sutherland, L. A. (2015). Deconstructing the ‘young farmer problem in Europe’: Towards a research agenda. *Journal of Rural Studies*, 38, 39-51.